

GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: POSSIBILIDADES PARA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

MANAGEMENT OF STUDENT ASSISTANCE POLICIES: POSSIBILITIES FOR STAYING IN HIGHER EDUCATION

GESTIÓN DE LAS POLÍTICAS DE ASISTENCIA ESTUDIANTIL: POSIBILIDADES PARA LA PERMANENCIA EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR

Tânia Maria Lago, MSc
Universidade de Gurupi/Brazil
tanielago2000@yahoo.com.br

Lina Maria Gonçalves, Dra.
Universidade Federal do Tocantins/Brazil
lina.mg@uft.edu.br

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de investigação cujo objetivo foi analisar a evolução e gestão das atividades de Assistência Estudantil na UnirG, nos últimos 5 (cinco) anos, visando propor à gestão futuras intervenções para melhoria na assistência aos estudantes com vulnerabilidade à evasão universitária. Trata-se de um estudo de caso, realizado a partir de pesquisa documental e bibliográfica, com abordagem qualiquantitativa, conjugada com princípios do método dialético, ao considerar os conceitos opostos complementares: permanência-evasão. Embora os resultados apontem investimentos da gestão com a criação de vários programas de Assistência Estudantil, os mesmos não vêm atuando de forma integrada, não contam com gestão de um departamento específico e funcionam de forma desarticulada uns dos outros, não compartilham seus planos, nem resultados. Conclui-se que se fazem necessárias melhorias, especialmente no monitoramento e avaliação das ações de Assistência Estudantil, na instituição.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Ensino Superior; Evasão/ Permanência; Assistência/ Assistencialismo.

ABSTRACT

This article presents the results of a research whose objective was to analyze the evolution and management of the Student Assistance activities in UnirG, in the last 5 (five) years, aiming to propose to the future management interventions to improve the assistance to students with vulnerability to university dropout. It is a case study, carried out from documentary and bibliographical research, with a qualiquantitative approach, conjugated with principles of the dialectical method, when considering the complementary opposites concepts: permanence-dropout. Although the results point to management investments with the creation of several Student Assistance programs, they do not work in an integrated way, do not have management of a specific department and work in a disjointed way, do not share their plans or results. It is concluded that improvements are necessary, especially in the monitoring and evaluation of Student Assistance actions in the institution.

Keywords: Public Policies; Higher Education; Dropout/Permanence; Assistance/Welfare.

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados de investigación cuyo objetivo fue analizar la evolución y gestión de las actividades de Asistencia Estudiantil en la UnirG, en los últimos 5 (cinco) años, buscando proponer a la administraciones futuras intervenciones para mejorar en la asistencia a los estudiantes con vulnerabilidad a la deserción universitaria. Se trata de un estudio de caso, realizado a partir de investigación documental y bibliográfica, con abordaje cualicuantitativa, conjugada con principios del método dialéctico, al considerar los conceptos opuestos complementarios: permanencia-deserción. Aunque los resultados apuntan inversiones de la administración con la creación de varios programas de Asistencia Estudiantil, los mismos no vienen actuando de forma integrada, no cuentan con administración de un departamento específico y funcionan de forma



desarticulada unos de otros, no comparten sus planes, ni resultados. Se concluye que se hacen necesarias mejoras, especialmente en el monitoreo y evaluación de las acciones de Asistencia Estudiantil, en la institución.

Palabras clave: Políticas Públicas; Enseñanza Superior; Deserción / Permanencia; Asistencia / Bienestar.

1 INTRODUÇÃO

As políticas de Assistência Estudantil podem ser consideradas políticas sociais e fazem parte do escopo das políticas públicas da Educação Superior Brasileira. Existem desde o começo das universidades, mas como direito social, somente após a década de 90, quando passaram a ser direcionadas aos estudantes das universidades públicas, visando sua permanência e conclusão da graduação.

No entanto, as instituições privadas vivenciam o grande problema da evasão universitária e das dificuldades de permanência dos estudantes até a conclusão dos cursos. Conforme o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), as políticas de atendimento ao estudante são fatores importantes na avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES). A existência de ações que atendam a tais políticas é considerada quesito essencial na avaliação institucional, que analisa como os estudantes são integrados à vida acadêmica e como as minorias são assistidas. Nesse sentido, a Assistência Estudantil refere-se ao conjunto de ações governamentais voltadas para o propósito de redução das desigualdades sociais (ASSIS, 2013).

Nesta mesma visão, Vasconcelos (2010, p. 8) afirma que a Assistência Estudantil tem por finalidade “prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico”. Essa superação pode ser o diferencial entre a evasão e a permanência do estudante, até a conclusão do curso.

Portanto, a existência de uma política de assistência estudantil bem articulada, implantada e monitorada, mostra-se relevante para as IES públicas ou privadas. Porém, antes de avançar nas reflexões sobre a Política de Assistência Estudantil no Ensino Superior Brasileiro, cabe explicitar o conceito de políticas públicas, assim como seu desenvolvimento em ciclos.

Segundo Secchi e Zappellini (2016), as políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de decisões inter-relacionadas que envolvem atores do cenário público, apresentando objetivos e meios para atingi-los.

Quanto à concepção de ciclo de uma política pública, Souza (2006, p. 10), o descreve como sendo “constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação”.

Já Secchi (2010), argumenta que, antes da etapa definição da agenda, referida por Souza (2006) existe outra que ele chama de “identificação do problema”, sendo este o ponto de partida para o surgimento de uma política pública. Para o autor, após identificar o problema público é que este entra na formação da agenda, que seria, portanto, uma segunda etapa. Embora existam discussões sobre a quantidade de etapas ou sua forma de organização, um ponto comum entre os autores é a necessidade de monitoramento e avaliação das ações.

Outro aspecto relevante, destacado por Secchi (2013) é a necessidade de inter-relação entre as etapas da política pública, deixando claro que não são necessariamente sequenciais ou estáticas, mas inter-relacionadas, podendo ocorrer simultaneamente. Embora as diversas classificações apresentem o desenvolvimento de políticas

públicas em forma cíclica, os autores entendem que este ciclo é contínuo e não constitui um processo linear ou temporal.

Enfim, a importância de se entender o ciclo das políticas públicas é que o mesmo permite a análise sobre como organizar a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes (SECCHI, 2013). Assim, Secchi (2013), Ball (1994) e Bowe (1992) foram chamados para esta discussão teórica, por entender que a abordagem do ciclo de políticas contribui para a análise de políticas educacionais, que são complexas e exigem certo cuidado.

Tomando como referência os conceitos apresentados, foi realizada uma pesquisa sobre a Assistência Estudantil na Universidade de Gurupi (UnirG) que é uma Instituição Pública Municipal de Ensino Superior, cuja história teve início em 1985, com a Fundação Educacional de Gurupi (FEG), que mantinha a então Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (Fafich), com os cursos de Pedagogia e Direito. Em 2004 a Fafich foi denominada então Faculdade UnirG. Em 2018, quando este trabalho estava em fase final, para divulgação, a instituição alcançou o status de Universidade (UnirG, s/d). Atualmente atende a mais de 4 mil estudantes e constitui-se como importante polo de geração de emprego para aproximadamente 900 famílias.

Ao observar as ações de assistência estudantil, constatou-se certa ruptura nos processos micropolíticos, inseridos na prática e na ação dos profissionais que trabalham no nível local. Assim, considerando que o sucesso das ações de Assistência Estudantil é uma preocupação da Universidade de Gurupi, conforme constatado na análise de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Que a UnirG busca a prática de políticas de assistência estudantil com o desenvolvimento de ações de atendimento aos estudantes com maior vulnerabilidade econômica e social, por meio de programas implantados ao longo de sua gestão; Considerando, ainda, que a UnirG, como instituição voltada ao desenvolvimento regional, que se constitui como polo atrativo para educação superior, destacando-se no cenário estadual e nacional, sendo atualmente procurada por jovens de todo o país, torna-se importante identificar os processos de desenvolvimento de tais políticas, nas arenas em que os mesmos estão inseridos.

Dentre as metas descritas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), uma é ampliar a permanência dos estudantes, diminuindo os índices de evasão, para que possam concluir sua graduação. A longo dos anos, este tem sido um dos grandes desafios da área da educação brasileira. Diante dessa problemática, esta pesquisa norteou-se pela seguinte questão: Como tem sido implementada a gestão da política de Assistência Estudantil na UnirG, e qual sua relação com a permanência estudantil?

Desta forma, o presente artigo explicita como a instituição desenvolveu as políticas de assistência estudantil e como estas alcançaram os estudantes, antes de sua desistência, ou de que forma contribuíram para sua permanência, para, ao final, dar um retorno à instituição, sobre possíveis procedimentos para a melhoria das ações, nesse sentido. Portanto, o objetivo geral da pesquisa foi de analisar a evolução e a gestão das atividades de Assistência Estudantil na Universidade UnirG em Gurupi – TO, visando proposição de futuras intervenções para os estudantes com vulnerabilidade à evasão universitária.

Para que este objetivo fosse atendido, outros se fizeram necessários e constituíram -se nos objetivos específicos da pesquisa, sendo eles: Descrever as Políticas Públicas de Assistência Estudantil no Ensino Superior preconizadas pelo Ministério da Educação; Identificar as principais ações oriundas de Políticas Públicas de Assistência Estudantil em vigor na UnirG; Relacionar índices de evasão geral com o índice de estudantes

assistidos pelo Programa de Assistência Estudantil e propor à gestão da UnirG, futuras intervenções em políticas de Assistência Estudantil para os estudantes com vulnerabilidade à evasão universitária.

Para responder didaticamente aos objetivos do estudo, primeiramente foi realizado o referencial teórico e conceitual, definindo-se o que é política pública, a trajetória das políticas de Assistência Estudantil no contexto do Ensino Superior e a questão da avaliação de tais políticas. Explicita a metodologia empregada para a pesquisa e, em seguida apresenta e discute seus resultados. Por fim, este artigo traz as considerações finais, que traça as principais conclusões da pesquisa e recomendações para a gestão da Assistência Estudantil, na instituição.

2 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Segundo Assis (2013), a Assistência Estudantil é algo que ultrapassa o atendimento às carências materiais e financeiras do estudante. Assistir a um estudante é proporcionar-lhe o acesso às vantagens sociais, como saúde (física e psicológica), esporte, lazer, moradia digna, transporte e cultura, principalmente ter ações que minimizem as desigualdades sociais, impostas pela pobreza. O apoio institucional, para as mais variadas questões de sua existência, é muito importante para o estudante. Neste sentido, a Assistência Estudantil é parte de uma política social pública e pode constituir-se de um ou mais programas de ação institucional. E como marco histórico na trajetória das políticas públicas do ensino superior, foi criado, pelo Decreto 7234, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Em síntese, conforme Assis (2013) seria de grande relevância pesquisas dessa temática, principalmente envolvendo estudos sobre a avaliação, monitoramento e impacto das políticas de Assistência Estudantil. Concordando com Assis (2013), Vasconcelos (2010) refere-se a esta temática como um tema pouco estudado apesar da importância que representa no ensino superior.

Zago (2006) e Portes (2006) estudaram a trajetória de estudantes de camadas populares no ensino superior e deixam claro em seus estudos as desigualdades sociais, a dificuldade com a permanência e a discriminação e constrangimentos que passam os estudantes com vulnerabilidade econômica. Tais constatações confirmam a relevância das políticas públicas de Assistência Estudantil no ensino superior brasileiro, bem como a necessidade de garantia, por legislação específica, dos recursos destinados a tais políticas.

Enquanto não houver o amparo de legislações específicas que regulamentem as ações de Assistência Estudantil nas universidades federais, estaduais, municipais ou particulares, o cenário é de um assistencialismo estudantil, aqui entendido como “ofertas de serviços por meio de doações, favores, interesse ou boa vontade de alguém”, conforme clara definição encontrada na Cartilha de Assistência Social do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). O assistencialismo é, assim, considerado o oposto daquilo que se entende como direito social, é um favor ou doação. Quando estudiosos alegam a necessidade de ampliação da Assistência Estudantil, referem-se à direitos de igualdade de condições quanto aos recursos necessários à graduação.

Nesse sentido, reporta-se mais uma vez a Vasconcelos (2010) que define Assistência Estudantil a partir de sua finalidade, que seria proporcionar aos estudantes os recursos necessários para superação dos obstáculos na trajetória acadêmica, diminuindo os trancamentos de matrículas e índices de evasão. Importante aqui essa diferenciação entre “assistencialismo” e “assistência estudantil”, expressões que parecem sinônimos, mas em cujo viés de diferenciação, está a concepção de um direito social, em oposição à ideia de recebimento de um favor.

De acordo com a perspectiva histórica encontrada evidencia-se a necessidade de ampliação dessa proposta da Assistência Estudantil como uma política pública de Assistência no Ensino Superior (ASSIS, 2013). A política já existe em sua primeira instância, o PNAES é essa evidência, mas os programas e ações carecem de aperfeiçoamentos, desde a sua base.

Segundo Assis (2013) implantados por decretos, os programas pontuais são marcados pela descontinuidade, estagnação e até mesmo total exclusão, e, dessa forma, tão somente configuram-se como políticas de governo. Segundo Chiari (2012) não há uma definição única para a avaliação de políticas públicas assim como não há um conceito único para políticas públicas, como já descrito anteriormente. Toda avaliação tem seus propósitos, segundo o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a finalidade da avaliação de uma política pública é verificar se os objetivos estão sendo alcançados, sua eficiência, sua efetividade e os impactos no desenvolvimento.

Neste sentido, Chiari (2012) refere que a avaliação é importante para obter informações sobre as ações desenvolvidas e ao processo de tomar decisões, justificando-se a pertinência deste estudo, desenvolvido a partir dos procedimentos descritos, a seguir.

3 METODOLOGIA

Metodologicamente, o recorte temporal para esta pesquisa foi de 5 (cinco) anos (2013 a 2017), pois em 2012 a UnirG, foi recredenciada como Centro Universitário junto ao Conselho Estadual de Educação do Estado do Tocantins (CEE/TO), e para garantir a nota recebida (nota 4) em seu recredenciamento tem desenvolvido várias ações. Dentre elas, aquelas ações que buscam o aperfeiçoamento do atendimento aos quesitos da avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), por exemplo, a dimensão IX, que trata das políticas de atendimento ao discente, conforme descrito no PDI (2012 a 2016). Portanto, tal recorte temporal, justificou-se tendo em vista compreender o prazo para o desenvolvimento das ações previstas no PDI, possibilitando a análise documental e consequente avaliação dos processos e resultados alcançados.

Do ponto de vista procedimental, esta pesquisa constitui-se em um estudo de caso, que segundo Yin (2005) é uma importante estratégia metodológica no campo da ciência social aplicada, ao permitir um aprofundamento do fenômeno estudado e a revelação de nuances. O estudo em questão teve como objeto as ações destinadas à Assistência Estudantil na Universidade UnirG e sua relação com as ações previstas no PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil), nos últimos 5 (cinco) anos (2013 a 2017), bem como as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O estudo de caso se desenvolveu em três fases:

Fase exploratória: Após receber o Termo de Consentimento da Reitoria, esse foi o momento em que a pesquisadora entrou em contato com a situação a ser investigada para definir o caso, confirmar ou não as questões iniciais, estabelecer os contatos, localizar os sujeitos e definir os procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Nesta fase foi realizada visita na instituição, nos setores como Reitoria, Secretaria Geral Acadêmica, Coordenações de programas, para identificação dos setores onde poderiam ser coletadas as informações necessárias ao estudo de caso. Após esse contato inicial e definição ou confirmação dos critérios a serem utilizados na pesquisa, seguiu-se a fase de delimitação do estudo e de coleta dos dados.

Fase de coleta dos dados: A pesquisa documental foi a técnica utilizada para a coleta dos dados empíricos, que serviram de base para análise. Os dados foram adquiridos a partir da análise de arquivos e documentos institucionais, projetos, atas, relatórios do Plano de desenvolvimento institucional (PDI), relatórios e editais existentes nos diversos departamentos da UnirG ligadas às ações de Assistência Estudantil, dados da secretaria acadêmica e dos setores responsáveis por cada programa ou ação de Assistência Estudantil. Foi dado início a pesquisa documental, para a coleta de dados que teve os seguintes passos:

a) Solicitação de lista de estudantes beneficiados com auxílio financeiro (Setor Financiamento Estudantil).

b) Solicitação de Lista de estudantes nos diversos setores de Assistência Estudantil.

c) Solicitação e análise do formulário de requerimento de desistência de curso na Secretaria Geral.

d) Solicitação de lista de desistentes na Secretaria Geral.

e) Levantamento dos motivos de desistência, indo até o arquivo físico na Secretaria Geral, onde constam caixas de arquivo morto e encontram-se guardados os requerimentos de solicitação de Desistência de Curso, dentro de pastas, nomeadas dossiê do aluno. Cada requerimento foi lido um a um, para levantamento dos motivos individuais dos desistentes. Estes foram transcritos na íntegra para lista dos desistentes.

f) Após o levantamento geral de estudantes desistentes neste período foi necessário um recorte temporal para somente o ano de 2017, tendo em vista grande número de alunos desistentes (743) nos últimos 5 anos, No ano de 2017 foram encontrados 154 estudantes, cada um foi nomeado de A1 a A154, para preservação de suas identidades, conforme prerrogativas da ética em pesquisa. Assim, obteve-se um panorama geral de cada curso e dos motivos de cada aluno que preencheu o formulário de desistência de seu curso.

g) Estas listas, com os nomes dos estudantes desistentes, foram cruzadas com as listas dos participantes dos 11 (onze) programas de Assistência Estudantil, encontrados na instituição, e assim pode-se analisar se foram alcançados com algum tipo de assistência antes de tomarem a decisão de desistir de seu curso.

h) Análise do sítio eletrônico (documentos, PDI, Relatório da CPA, Editais internos), resoluções, para verificar onde e como consta a regulamentação e menção às políticas de Assistência Estudantil.

Fase de análise sistemática dos dados: esta, que constituiu a terceira etapa da pesquisa, teve os dados analisados conforme princípios da abordagem quali-quantitativa, visto que as abordagens qualitativas e quantitativas não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto (MINAYO; SANCHES, 1983).

Os dados qualitativos foram submetidos a análise de conteúdo, a partir de categorias que emergiram dos próprios dados. Segundo Bardin (2011) a análise de conteúdo requer grande cuidado com a descrição e execução de cada uma das fases de análise, nesse caso o conteúdo encontrado nos documentos escritos, referia-se ao tema “Assistência Estudantil”. Com abordagem semelhante, Flick (2009, p. 291) afirma que a análise de conteúdo “é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material”.

Para a análise quantitativa os dados foram tabulados em quadros e gráficos e analisados por meio de estatística descritiva.

Quanto aos dados qualitativos, a análise de conteúdo foi iniciada logo após a coleta. Inicialmente houve a organização de todo o material coletado, seguida da leitura e releitura para o processo de categorização. As categorias identificadas foram: 1. Assistência Estudantil numa visão local e global 2. Assistencialismo ou Assistência Estudantil 3. Permanência x Evasão. Essa categorização foi articulada com os aportes teóricos do estudo para constituir-se nos resultados da pesquisa.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Assistência Estudantil na UnirG, a partir dos dados coletados nesta pesquisa, foi analisada à luz das concepções teóricas organizada em 3 (três) categorias: 1) Assistência Estudantil na visão local e global; 2) Permanência e evasão: duas faces de uma mesma moeda; 3) Assistencialismo ou Assistência Estudantil?

4.1 Assistência Estudantil: visão local e global

Após a verificação de todos os programas de apoio ao estudante e da análise do percurso da Assistência Estudantil na instituição, ao longo dos últimos 5 anos, vislumbrado por meio dos documentos institucionais percebe-se que, na visão local (no contexto da UnirG) a Assistência Estudantil vem evoluindo, pois é mencionada nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) desde 2008, e em cada plano, pode-se observar metas para melhoria da Assistência Estudantil.

Nesse sentido pode-se afirmar que a visão local está em sintonia com a visão global (das Políticas Públicas de Assistência Estudantil), a qual pressupõe o desenvolvimento de políticas internas de assistência aos estudantes. As recomendações do SINAES são encontradas nas definições de ações da instituição, pois estas se constituem como metas do PDI para melhor atendimento à Dimensão IX: Política de atendimento ao discente.

Quadro 1 - Ações de Assistência Estudantil PNAES X UnirG

Recomendações do PNAES	Ações encontradas na UnirG
I-moradia estudantil	Há estudantes na Casa do Estudante
II-Alimentação	Não foi encontrada nenhuma ação, nesse quesito.
III- Transporte	Não foi encontrada nenhuma ação, nesse quesito.
IV-Atenção à Saúde	SEPSI- Serviço Escola de Psicologia
V-Inclusão Digital	Todos os estudantes têm acesso ao <i>IOW</i> (plataforma digital- página do aluno). A partir de 01 de outubro de 2018 o novo sistema será o SEI- Sistema Educacional Integrado.
VI- Cultura e esporte	Festa Junina, Jogos Universitários, Cidadão Universitário.
VII- Creche	Não possui.
VIII-Apoio pedagógico	NAP, NIAEE, LABTAU, PIN.

Fonte: As autoras (2018)

A realidade observada apresenta uma Assistência Estudantil que se aproxima parcialmente das recomendações do PNAES. Este, em seu parágrafo primeiro, pressupõe ações de Assistência Estudantil que contemplam as políticas de atendimento ao discente. Para melhor visualização, o Quadro 1 mostra o comparativo entre as ações preconizadas pelo PNAES e as encontradas na UnirG.

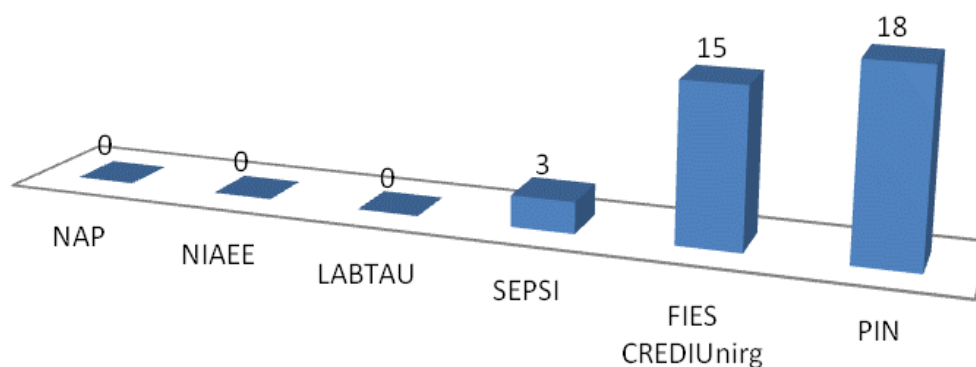
Ao analisar o Quadro 1, percebe-se uma tentativa de atendimento às necessidades estudantis, na UnirG, e que este vem evoluindo ao longo dos anos, mas que ainda necessita de muitas ações conforme a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Na pesquisa constatou-se que, nos últimos 5 anos, 743 alunos desistiram e foi realizado um recorte temporal para o período de 2017 para análise dos motivos de suas desistências. Foi encontrado que em 2017 um total de 154 estudantes desistiram. A presente pesquisa relacionou esta lista dos 154 desistentes com as listas dos

alunos atendidos pelos programas existentes, com o intuito de verificar se algum dos programas de assistência, ofertados pela instituição, alcançou o estudante, antes de sua desistência.

Assim verificou-se, em cada programa ou serviço de assistência, se havia o nome destes estudantes desistentes. Os resultados mostram que menos de 15% dos desistentes no ano de 2017, passaram pelo atendimento dos diferentes programas de apoio ao Estudante, existentes na instituição. Ou, se foram atendidos não há registros que mostrem as ações e, portanto, não há clareza sobre a intencionalidade das ações dos referidos programas.

Gráfico 1 - Número de estudantes desistentes, no ano de 2017, atendidos pelos programas de Assistência Estudantil



Fonte: As autoras (2018)

Há destaque para os programas criados com a finalidade de apoio pedagógico, os quais são a maioria. A pesquisa identificou programas que prestam apoio psicopedagógico aos estudantes, dentre esses, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), o Núcleo Institucional de Atendimento Educacional Especializado (NIAEE) e o Laboratório de Tecnologia Assistiva UnirG (Labyrinth) para o acesso e participação de estudantes com deficiência. No entanto, nos arquivos dos serviços referidos, não foram localizados nenhum dos nomes dos desistentes de 2017. Ao comparar a lista de estudantes desistentes em 2017 com a lista de atendimentos do NAP (15 indivíduos atendidos no período pesquisado) nenhum nome da lista de desistentes teve registro no NAP.

Ainda dentro do apoio pedagógico destacam-se as ações do Programa Institucional de Nivelamento (PIN) com a oferta dos cursos de Português, Matemática, Física e Química, neste programa, foram encontrados 18 nomes de estudantes que desistiram.

Como é visível, estes programas tiveram número reduzido de atendimentos no período pesquisado, com exceção do PIN e atualmente possuem estrutura física, mas dificuldades de continuidade de suas atividades devido à escassez de pessoal com carga horária específica para estas atividades. São núcleos importantes com vistas a permanência do aluno, pois seu objetivo é o apoio nas dificuldades de aprendizagem e de interesse nos cursos.

Quanto a atenção a saúde, preconizada pelo PNAES, verifica-se somente a existência do Serviço Escola de Psicologia (SEPSI). Dentre os serviços de atendimento psicológico foram encontrados registros de atendimento a 3 estudantes, da lista dos desistentes.

Outro dado que chama a atenção é de que apenas 5 dos 154 estudantes que desistiram em 2017, foram contemplados com o FIES CREDIUnirG. O apoio financeiro é descrito no PDI e também no Relatório de Auto avaliação da UnirG (2012-2014) e entendido como “política de responsabilidade social” com vistas a proporcionar

igualdade de condições para o acesso e permanência. Assim, para apoiar financeiramente o discente, e como “política de responsabilidade social” o Centro Universitário oferta: bolsas de estudos e programas de financiamento estudantil. Além do CrediUnirG e FIES há o desconto de 30% para servidores da rede municipal. Oferece, ainda, uma tabela de descontos na mensalidade para pagamentos até a data dia 10 de cada mês. No entanto verificou-se que, nenhuma destas ações de apoio financeiro citadas, alcançou a tempo os desistentes que alegaram motivo financeiro. Será o que impediu este apoio, tendo em vista que a instituição oferta esses serviços? Como a presente pesquisa foi somente documental, não conseguiu responder a esta pergunta, sugerindo-se outros trabalhos de pesquisa que possam vir a tratar da temática.

A análise geral dos dados mostra que as principais fragilidades na evolução e desenvolvimento da política de Assistência Estudantil na UnirG dizem respeito a inexistência das ações relacionadas à alimentação e moradia, as quais são necessidades básicas de todas as pessoas, e especialmente de pessoas com vulnerabilidade econômica.

Essa fragilidade reflete ações na contramão da perspectiva das políticas públicas de Assistência Estudantil, entendidas por Vasconcelos (2010) para o qual políticas públicas de Assistência Estudantil, deve envolver todas as áreas dos direitos humanos, o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros, além de acompanhamentos e apoio necessários à formação profissional. Mas, também, foram identificadas fragilizadas nas ações de acompanhamento e apoio psicopedagógico, as quais possuem quatro programas de acompanhamento às necessidades educativas especiais, visto que os setores não têm registros dos atendimentos realizados.

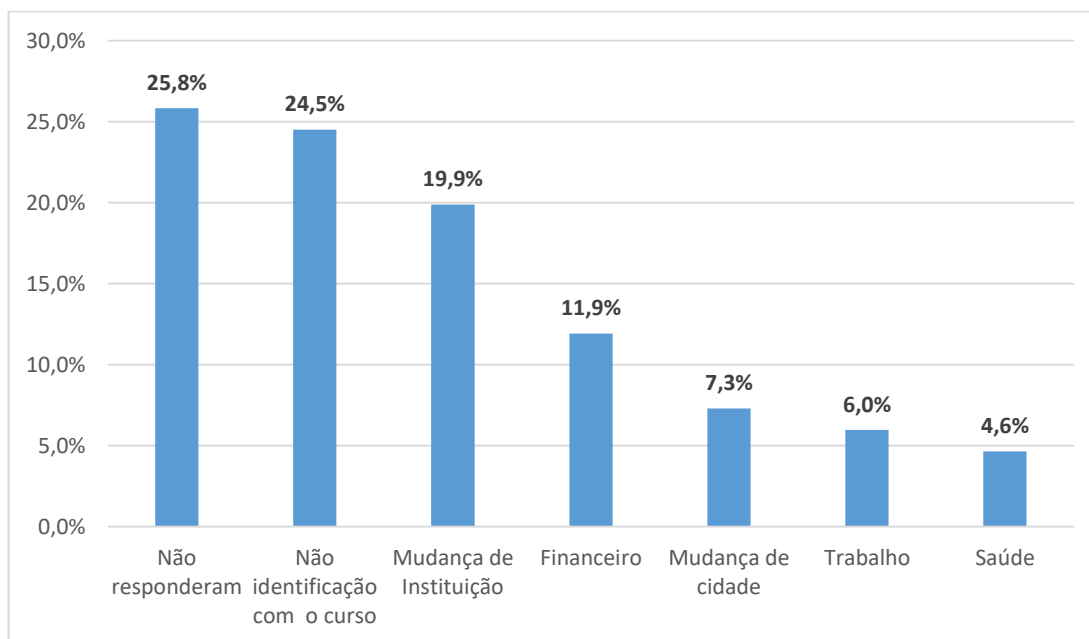
4.2 Permanência e evasão: duas faces de uma mesma moeda

Na análise dos relatórios do PDI essa melhoria é mencionada como um grande desafio institucional. Assim a Gestão da Permanência é a nova visão da UnirG, uma visão que espera romper com o encolhimento de matrículas e as taxas de evasão, que vem ocorrendo nos últimos anos, conforme dados do PDI (2017-2021).

Os estudantes que não permaneceram ou evadiram em 2017, arrolados na categoria desistentes, foram estudantes que se dirigiram até a Secretaria Geral e formalizaram sua desistência, preenchendo um formulário, que contempla o motivo de sua desistência.

Os principais motivos relacionados nos formulários de desistência, ou seja, que afetaram a permanência dos estudantes, e poderiam ter sido prevenidos com as ações de Assistência Estudantil existentes nos programas da UnirG, estão apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Principais motivos de desistência na UnirG



Fonte: As autoras (2018)

Conforme leitura do Gráfico 2, verifica-se que os resultados são contrários ao que popularmente se pensa, de que os estudantes só desistem por motivos financeiros. Os resultados comprovam que o financeiro é o terceiro motivo apontado como relevante com 11,9%, ou seja, somente 18 dos 154 estudantes desistentes alegaram este motivo.

Verifica-se, ainda, que o motivo apontado pelo maior número de estudantes desistentes, 24,5% é o de não identificação com o curso. Mais uma vez comprovando a necessidade de estudo, com maior profundidade pelas coordenações de cada curso, sobre os fatores que levam a essa “não identificação”. Esse motivo é crucial para a permanência estudantil, que se possa verificar ainda no primeiro semestre de sua vida acadêmica o que ocorreu com sua escolha, evitando-se desgaste de tempo do aluno e investimento financeiro em vão.

Tendo em vista vários programas na UnirG entre eles o NAP, destaca-se a possibilidade de iniciativa de prevenção a este indicador (não identificação com o curso), com oficinas pedagógicas específicas trabalhando sobre esta temática. Os outros resultados, indicam que 7,3 % (11) estudantes mudaram de cidade, 6 % (9) desistiram por motivos de trabalho e 4,6% (7) estudantes alegaram motivos de saúde .Mesmo este último número sendo de poucos estudantes, percebe-se que a instituição poderia ter amparado este aluno , pois motivos de saúde são motivos que fragilizam a pessoa e é momento da vida onde o apoio é muito importante. Verifica-se nos resultados de motivos de saúde, que havia um estudante que desistiu em 2017/1 que veio do processo seletivo de 2010, portanto há sete anos na instituição e desistiu sem concluir sua graduação.

Outro resultado importante é de que 19,9 % não são evadidos, no sentido estrito do termo, pois saíram da UnirG por mudança de instituição. Este dado refere-se a 30 estudantes do curso de Medicina, que passaram em outro vestibular em universidades federais. Quanto a este indicativo, não se vislumbra medida de prevenção, mas percebe-se com otimismo o destino destes estudantes.

Com maior percentual na pesquisa verifica-se que muitos estudantes 25,8% (39 estudantes) não responderam sobre o motivo de estar formalizando sua desistência, o que evidencia que se perdeu, neste

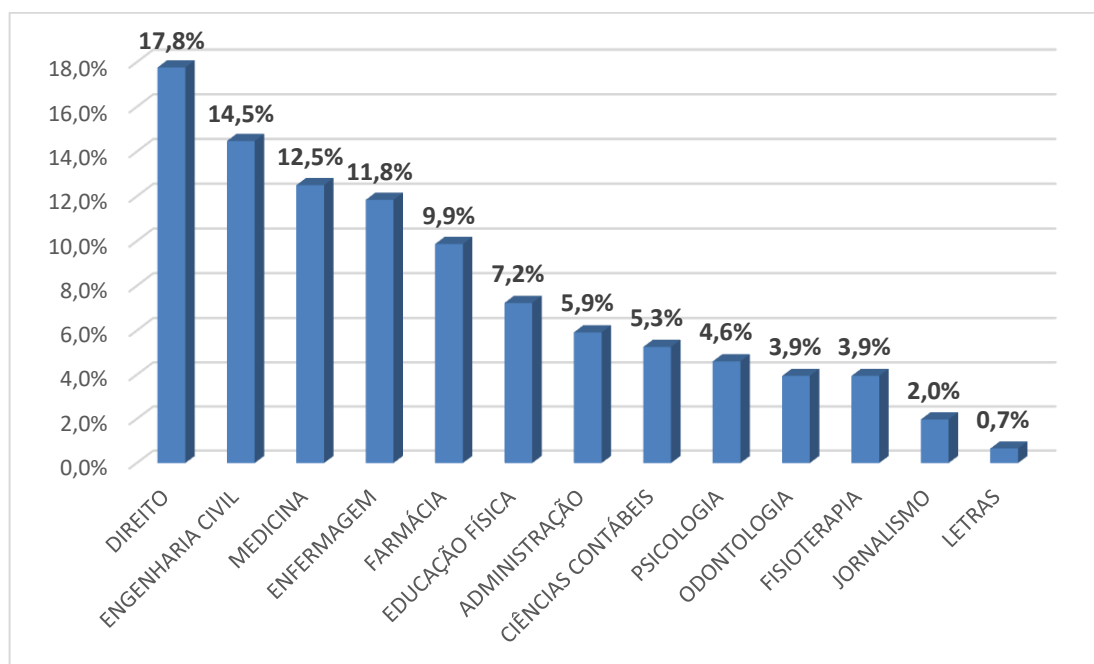
momento, importante oportunidade de saber o que o levou a esta decisão. É neste ponto que o estudo propõe um novo formulário a ser implantado para o momento de desligamento, na verdade uma entrevista de desligamento a ser realizada nas coordenações de cursos e não mais na Secretaria, como mero ato administrativo.

Esta entrevista repercute em novo fluxo para o atendimento dos estudantes que, apesar da assistência recebida, acabam por desistir do seu curso. Entende-se que este é um momento crucial na vida acadêmica e a instituição necessita ter ciência dos motivos que o levaram a esta decisão, afim de tomar medidas e trabalhar em suas fragilidades com vistas a permanência, se não deste, de outros estudantes em condições similares. A Secretaria Geral Acadêmica, não explora este momento com uma entrevista de desligamento adequada, o que vem ocorrendo é um mero momento “administrativo”, pois o formulário é preenchido e arquivado.

Também as coordenações não sabem dos motivos de desistência de seus estudantes, pois o formulário somente passa para a coordenação para esta anotar se não há alguma pendência em relação a material didático-pedagógico, em posse do estudante que está desistindo, como pode ser verificado no requerimento para desistência do curso.

Ainda, com a análise dos formulários de desistência de 2017 foi possível identificar quais os cursos, neste ano, que tiveram maior número de desistência, o que pode ser visualizado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Percentuais de desistência na UnirG, em 2017, por curso



Fonte: As autoras (2018)

Os resultados demonstram que no ano de 2017 o curso com maior número de estudantes que desistiram foi o curso de Direito. Embora não seja o curso com maior número de evadidos, nos últimos 5 anos, sendo este o curso de Odontologia, que teve 144 desistentes, ao longo de 5 anos.

Constata-se que três cursos da UnirG não estão mencionados no Gráfico 3, pois não tiveram alunos desistentes em 2017, sendo eles o curso de Pedagogia, Sistemas para internet e Ciências da Computação. Este é um dado que pode ser considerado em estudos futuros que investiguem as ações que os mesmos realizam para

garantir a permanência. Dos estudantes. Estas informações podem ser tão relevantes para a Política de Permanência e merecem análise, por setor específico, para melhor gestão de seus resultados.

Quanto ao alcance das ações dos Programas de Assistência Estudantil, em relação aos estudantes desistentes, verifica-se que não houve em relação a maioria destes desistentes o alcance a tempo das políticas de Assistência Estudantil, embora existam, na instituição, programas com esta finalidade, como pode ser comprovado pelos resultados já mencionados.

Os resultados do estudo levam a concordar com Farenzena e Luce (2014), bem como com Assis (2013) que entendem a Política de Assistência Estudantil como um importante instrumento para garantir a permanência dos estudantes, colocando, assim, o foco na outra face da moeda, que é a permanência estudantil.

4.3 Assistencialismo ou Assistência Estudantil

Os resultados apontam que embora existam ações referentes à Assistência Estudantil, no Centro Universitário UnirG, e estas venham evoluindo, é necessário que a instituição busque o amparo legal para a criação e desenvolvimento de alguns programas, principalmente quanto a preocupação com moradia, alimentação, esportes, que são programas que atendem às necessidades básicas do estudante, com vulnerabilidade econômica. Pois, enquanto não houver o amparo de legislações específicas, que regulamentem as ações de Assistência Estudantil nas universidades federais, estaduais, municipais ou particulares, o cenário é de um assistencialismo estudantil, aqui entendido como “ofertas de serviços por meio de doações, favores, interesse ou boa vontade de alguém”, conforme clara definição encontrada na Cartilha de Assistência Social do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Quando não há o respaldo legal, por meio de resoluções específicas, algumas ações podem iniciar e não ter continuidade, assim como, por exemplo, ocorre com os serviços do LABTAU, que, embora tenha toda a infraestrutura para atender a seus objetivos, não conta com a equipe necessária para a continuidade de suas ações. Nesse caso, há resolução específica que cria o serviço, mas não há recursos humanos à disposição para tal.

Alguns estudantes são atendidos de forma não sistemática, conforme informações de aluna com deficiência visual, em conversa informal com a pesquisadora, pelos corredores da instituição. Outro exemplo a destacar é a criação do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAP) que, segundo registros do próprio órgão, em três anos de funcionamento, atendeu somente a 15 estudantes, ampliando seus serviços com palestras temáticas que aumentam o quantitativo atendido, mas não cumprindo o objetivo primeiro, para o qual foi proposto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida neste estudo permitiu compreender a temática evasão e seu oposto complementar, a permanência, a qual tem sido objeto de estudos de diversos autores no campo educacional. No caso da instituição UnirG, a Secretaria Geral possui relatórios sobre várias situações do estudante como já mencionado: dados sobre quem trancou matrícula, sobre quem desistiu, sobre quem tirou boleto e não efetivou a matrícula, sobre os ingressantes e sua procedência, porém esses dados não são analisados por nenhum setor específico.

Assim, os resultados revelam que a instituição tem uma estrutura organizacional, com setores e ações capazes de garantir condições de prevenção à evasão escolar e a melhoria quanto a permanência. No entanto, os indicadores levantados pela Secretaria Acadêmica necessitam ser inseridos em uma política de Avaliação e Monitoramento, para que as ações possam ser integradas e direcionadas, é preciso que a avaliação seja parte importante da constituição da política de Assistência ao Estudante UnirGuense. No caso em questão, percebe-se que a fase de avaliação é que necessita ser implantada para que fechar o ciclo de uma política de Assistência Estudantil, que vai ao encontro com os teóricos estudados.

O que pode ser observado com o estudo realizado, é que cada setor na UnirG trabalha, de maneira isolada. Assim, embora o objetivo de cada um seja prestar auxílio nas necessidades acadêmicas, nem sempre suas ações convergem para este fim. Devido essa dificuldade de integração dos setores relacionados à Assistência Estudantil, alguns programas como o FIES e CRediUnirG, podem ainda ser considerados assistencialistas, ou seja, considerados o oposto daquilo que se entende como direito social, reproduzindo a percepção de favor ou doação.

É importante, fazer esta diferenciação entre “assistencialismo” e “Assistência Estudantil”, expressões que parecem sinônimos, mas em cujo viés de diferenciação, está a concepção de um direito social, em oposição à ideia de recebimento de um favor. Assim, quando estudiosos alegam a necessidade de ampliação da Assistência Estudantil, referem-se tanto aos direitos de igualdade de condições, quanto aos recursos necessários à permanência do estudante até a conclusão do curso.

Analisando a trajetória histórica no desenvolvimento da Assistência Estudantil na UnirG evidencia-se a necessidade de ampliação de sua proposta da Assistência Estudantil como uma política institucional. Na medida da existência de uma política institucional de Assistência Estudantil, será possível a implantação do Monitoramento e Avaliação dos programas, o que é fundamental para a gestão.

Destaca-se que, pelo fato de a instituição não possuir uma Pró-reitora de Assuntos Estudantis, como existente nas Universidade Federais, não foram encontrados registros de um balanço interno das ações de Assistência Estudantil. Assim a criação de um departamento específico na UnirG, poderia realizar estas atividades de gestão de tais políticas e, principalmente, integrar e otimizar as ações dos programas já existentes.

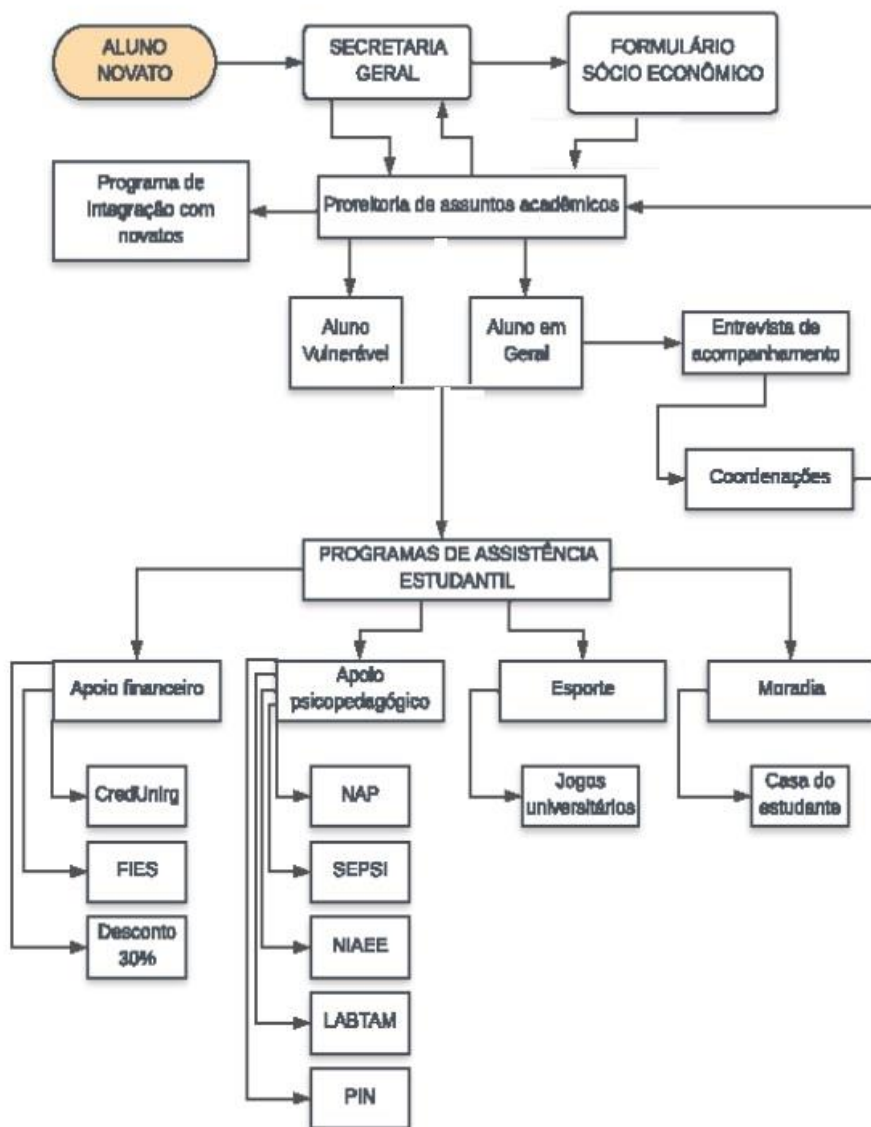
A criação da Pró-reitora de Assuntos Estudantis, que está prevista no novo regimento acadêmico, sendo chamada de PROEXTE (Pró-reitora de Extensão e Estudantil) seria o órgão recomendado para a gestão da Política de Assistência Estudantil na UnirG, fazendo com que as informações sobre a assistência dos estudantes sejam monitoradas e avaliadas neste setor específico, que seria responsável por acompanhar os estudantes desde sua chegada, identificando, ainda no primeiro semestre, os estudantes com perfil de vulnerabilidade sócio econômica, dentre outras e os encaminhando aos respectivos programas de apoio.

Também, como atribuição desta Pró-reitora, seria a comunicação com as coordenações a respeito de estudantes em risco de evadir, por problemas de não identificação com o curso, principal motivo detectado na análise dos formulários de desistência, para um trabalho colaborativo dos setores de apoio, em busca de alternativas para a permanência destes estudantes.

Atualmente, o cenário da Assistência Estudantil na UnirG revela a existência de vários programas, porém desarticulados entre si e com a necessidade deste setor específico para a gestão de suas ações, que seria similar a Pró-reitora de Assuntos Estudantis, existente nas Universidades Federais. Assim, após a realização da

pesquisa, recomenda-se a integração das ações voltadas à Assistência Estudantil, na UnirG, conforme o fluxograma a seguir:

Figura 1-Fluxograma sugerido para a assistência estudantil na UnirG



Fonte: As autoras (2018)

Por fim, como contribuição desta pesquisa, será submetido o “Projeto de Extensão: Integração das Ações de Assistência Estudantil na UnirG”, sob a coordenação da primeira autora, como proposta de ações importantes para a Política de Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, A. C. L. de. **Desafios e possibilidades da política de Assistência Estudantil da UFJF**. 2013 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.
- BALL, S. J. **Educational reform: a critical and post structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994. Disponível em <<http://www.sciepub.com/reference/45635>> Acesso: 06 nov. 2017.
- BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the 'implementation' of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOWE, R.; BALL, S. WITH GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology**. London: Routledge, 1992.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, 2010. Disponível em <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf> Acesso em: 18 jul. 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Assistente Social: Um guia básico para conhecer um pouco mais sobre esta categoria profissional**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- CHIARI, J. Avaliação de Políticas Públicas. In: CASTRO, C. L. F. de, et al. **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, p. 42-46, 2012.
- FARENZENA, N; LUCE, M. B. Desenvolvendo Capacidade para Monitorar e Avaliar: O Caso da Sagi/MDS. In: MADEIRA, L. M. et al. **Avaliação de Políticas Públicas**. UFRGS/CEGOV, 2014.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. São Paulo: Artmed, 2009.
- GIL A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas; 2008.
- GURUPI, CENTRO UNIVERSITÁRIO UnirG. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, Gurupi: UnirG, 2012-2016.
- GURUPI, CENTRO UNIVERSITÁRIO UnirG. **Relatório da Comissão Permanente de Avaliação**. CPA, Gurupi: UnirG, 2014.
- MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.239-262, 1983.
- PORTES, E. A. Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 87, n. 216, p. 220-235, maio/ago. 2006. Disponível em <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/36>>. Acesso em 17 out. 2009.
- SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos/ Leonardo Secchi**. 2 ed. São Paulo: Congage Learning, 2013.
- SECCHI, L., ZAPPELLINI, M. Os clássicos da Política Pública: concentração e isolamento das comunidades epistêmicas do Brasil, EUA e União Europeia. **NAU Social**. América do Norte, 7, dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/view/593/462>. Acesso em: 03 out. 2017.
- SINAES. **Roteiro de Autoavaliação Institucional: Orientações Gerais**. Brasília: INEP, 2004.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil. **Revista da Católica**. Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399- 411, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2017.